



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS**

**ESTADO DO PARANÁ – CNPJ/MF nº 95.680.831.0001-68**

Rua Juscelino Kubitschek, 327- Lidianópolis/PR - CEP 86.865-000 - Fone/Fax (43) 34731238

---

## **LEI Nº 902, de 23 de agosto de 2018**

**SÚMULA - INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE LIDIANÓPOLIS (REFILI 2018) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do município de Lidianópolis, denominado como “REFILI 2018”, destinado a promover a regularização de créditos do município, decorrentes de débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviço (ISS); Taxas de Alvará de Localização e Funcionamento e também de Contribuições de Melhoria, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou à ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, bem como, débitos relativos as multas e juros à serem recolhidos junto a Fazenda Municipal.

**Art. 2º** - Os débitos tributários alcançados pelo programa ora instituído, serão consolidados de acordo com a legislação em vigor até a data da adesão, e poderão ser quitados à vista ou de forma parcelada em até 20 (vinte) parcelas, respeitado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para contribuintes devedores pessoas físicas e de R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas jurídicas.

§ 1º Se o contribuinte devedor optar pelo pagamento à vista, no mesmo dia da adesão, será concedida anistia de 80% (oitenta por cento) somente dos juros e da multa de mora.

§ 2º Optando pelo pagamento em até 10 (dez) parcelas, o contribuinte devedor fará o pagamento da primeira parcela no mesmo dia da adesão e as demais a cada trinta dias subsequentes, sendo concedida anistia de 70% (setenta por cento) apenas dos juros e da multa de mora.

§ 3º Se a opção for pelo parcelamento em até 15 (quinze) parcelas, sendo a primeira paga no mesmo dia da adesão, e as demais a cada trinta dias subsequentes, será concedida a anistia de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa de mora ao contribuinte devedor.

§ 4º Na opção pelo parcelamento em até 20 (vinte) parcelas, sendo paga a primeira no mesmo dia da adesão, e as demais a cada trinta dias subsequentes, será concedida ao contribuinte devedor a anistia de 50% (cinquenta por cento) dos juros e da multa moratória.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS**

**ESTADO DO PARANÁ – CNPJ/MF nº 95.680.831.0001-68**

Rua Juscelino Kubitschek, 327- Lidianópolis/PR - CEP 86.865-000 - Fone/Fax (43) 34731238

---

**Art. 3º** - Tratando-se de débito tributário inscrito em dívida ativa, em processo de execução fiscal já ajuizada, para adesão ao REFILI 2018 e, conseqüente extinção do processo ou o pedido de suspensão da ação, na hipótese de parcelamento, deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas e todas as demais despesas processuais.

**Art. 4º** - A adesão ao Programa REFILI 2018 poderá ser verbal, somente para pagamento à vista, e por escrito através de formulário próprio, para pagamento dos débitos ajuizados e quando a opção for pelo pagamento parcelado, firmado pelo contribuinte devedor, responsável tributário ou sucessor legítimo que, o sujeitará:

I – na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais consolidados.

II – em expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, além da desistência dos eventualmente interpostos.

III – na suspensão do prazo da prescrição da cobrança do débito enquanto durar o parcelamento.

IV – na obrigação de pagar regular e pontualmente as parcelas de débito consolidado de acordo com a opção escolhida, bem como, dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a adesão ao novo REFILI 2018.

V – No caso do contribuinte devedor fazer-se representar por procurador, quando a opção for pelo parcelamento, somente será aceita a adesão, mediante a apresentação do instrumento público de mandato, ou instrumento particular, este último com firma reconhecida, conferindo poderes de representação junto à Fazenda Pública do município de Lidianópolis, para transigir; confessar dívidas e firmar termo de adesão ao Programa REFILI 2018.

VI – Igualmente será exigido o exposto no § 1º, se além de solicitação de adesão ao REFILI 20108 acompanhar situação de substituição do contribuinte devedor.

**Art. 5º** - O parcelamento será revogado se constatado a utilização de informação ou documento falso ou qualquer vício que frustre ou burle os objetivos desta lei, respondendo o autor civil e criminalmente pelos atos que deu causa.

§ 1º - Sobre as parcelas pagas em atraso, incidirá correção monetária pelo índice adotado pelo município e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 2º - Quando se tratar de parcelamento de débito objeto de execução fiscal em que ocorrer a revogação prevista neste artigo, o processo terá seu prosseguimento retomado pelo valor do débito consolidado, acrescido de todos os encargos legais vigentes à época do lançamento deduzindo-se as importâncias eventualmente quitadas, as quais deverão ser informadas nos respectivos autos através de demonstrativo ou certidão específica.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS**

**ESTADO DO PARANÁ – CNPJ/MF nº 95.680.831.0001-68**

Rua Juscelino Kubitschek, 327- Lidianópolis/PR - CEP 86.865-000 - Fone/Fax (43) 34731238

---

**Art. 6º** - Para efeitos desta Lei inclusive para formalizar a adesão na opção com parcelamento, é facultada a qualquer pessoa física ou jurídica assumir débitos tributários de terceiros mediante instrumento escrito de confissão de dívida, formando por espólio e sucessores com firmas reconhecidas do contribuinte devedor, ficando o sucessor obrigado a cumprir as disposições do Programa REFILI 2018, as normas tributárias em vigor, observando-se no que couber o contido no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único: Em se tratando de débito ajuizado, a assunção da dívida alcançará também os encargos processuais, devendo a sucessão do devedor ser noticiada nos autos do respectivo processo, mediante prova de quitação das custas judiciais existentes até o tempo da adesão.

**Art. 7º** - Os benefícios contemplados nesta lei, não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

**Art. 8º** - O prazo para adesão ao programa ora instituído expira em **30 de novembro de 2018.**

**Art. 9º.** Todo e qualquer pagamento realizado em função da presente lei, se processará somente através de guias de recolhimento e/ou boletos bancários autenticados por instituições financeiras autorizadas.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS, AO VIGÉSIMO TERCEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.**

**ADAUTO APARECIDO MANDU**  
**PREFEITO MUNICIPAL**